



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ
SECRETARIA DE COMISSÕES PERMANENTES

ANO 2026

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DOS DIREITOS DOS ANIMAIS. Aos vinte e sete (27) dias do mês de julho (7) do ano de dois mil e vinte e seis (2026), às 08h30min, havendo *quórum* regimental, o Presidente, Vereador Daniel Monteiro, deu início à 2ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos dos Animais, na Sala de Comissões Vereador Júlio Pinheiro, e registrou a presença dos seguintes membros: Vereador Daniel Monteiro (Presidente) e Vereadora Samantha Iris (Vice-Presidente). Ausência justificada do Vereador T. Coronel Dias (Membro), em razão de férias. Inicialmente, procedeu-se à leitura da Ata da 6ª Reunião Ordinária desta Comissão, realizada em 14 de julho de 2026, a qual, colocada em discussão e votação, foi aprovada pelos membros presentes, nada havendo a retificar. Em seguida, o Presidente informou que a reunião extraordinária fora convocada em razão da urgência dos fatos e apresentou a pauta: deliberar sobre a apuração das denúncias relativas ao bem-estar animal no Município de Cuiabá, especialmente quanto a supostas irregularidades estruturais, alegadas condições de insalubridade, permanência de animais acometidos por cinomose e possível ausência de atendimento e cuidados adequados. Para contribuir com os trabalhos, foram convidados a compor a mesa representantes e integrantes da causa animal, entre eles Carla Fahima, Marina Brazales Melo, Breno Nogueira e Michelle Scopel, da ONG OPA-MT (Organização de Proteção Animal de Mato Grosso). Também foi registrada a presença de Sandra Barbosa, representando a ONG Quatro Patas. A Vereadora Samantha Iris cumprimentou os presentes e afirmou que buscaria informações sobre os fatos, destacando a importância de ouvir os representantes da causa animal para subsidiar as providências da Comissão. Na sequência, o Presidente solicitou que as manifestações se concentrassem nas denúncias e nos acontecimentos presenciados no local. Com a palavra, Michelle Scopel relatou que, após receber denúncia sobre animais mantidos em um galpão situado atrás das instalações do Bem-Estar Animal, nas dependências do Centro de Zoonoses, deslocou-se ao local com outra representante de organização não governamental. Segundo seu relato, encontrou animais em baias instaladas em ambiente escuro, quente e sem ventilação adequada, inclusive filhotes vivos junto a animais mortos. Declarou que não havia água ou ração disponíveis no momento da chegada e que os animais não teriam recebido tratamento até a chegada da perícia. Informou que um profissional veterinário teria esclarecido





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ
SECRETARIA DE COMISSÕES PERMANENTES

que parte dos animais estava acometida por cinomose e questionou a manutenção dos filhotes naquele espaço, considerando a necessidade de suporte veterinário e de internação apropriada. Acrescentou que a falta de energia elétrica, apontada em manifestações públicas, não explicaria as condições observadas, pois o local não dispunha de estrutura adequada de ventilação e atendimento. Breno Nogueira complementou que, de acordo com informações obtidas junto a servidores de setores próximos, o espaço teria sido utilizado anteriormente para isolamento de animais de grande porte com suspeita de raiva e, posteriormente, como depósito. Afirmou que o galpão possuía poucas entradas de ar, as quais estariam obstruídas, e não apresentava estrutura adequada para lavagem, escoamento e descontaminação. Questionou onde os animais permaneceram antes de serem transferidos ao galpão e sustentou que deveriam ser apuradas a ordem administrativa para utilização daquele espaço e a responsabilidade pela decisão. Também defendeu que, diante da indisponibilidade de vagas em clínicas credenciadas, deveriam ter sido buscadas alternativas de contratação e atendimento emergencial. Michelle Scopel esclareceu que o Vereador que primeiro ingressou no local teria passado anteriormente pela área onde estavam os animais contaminados, enquanto os representantes das organizações permaneceram do lado externo das baias. Acrescentou que, antes do diagnóstico e do isolamento, os filhotes teriam permanecido no canil junto aos demais animais, razão pela qual defendeu a realização de exames e triagem antes da destinação ao abrigo coletivo. Carla Fahima afirmou que as denúncias relativas à presença de cinomose no canil municipal não seriam recentes e que fatos semelhantes já teriam sido apresentados em protocolos e audiência pública. Sustentou que os animais resgatados deveriam passar por triagem clínica antes de serem encaminhados ao canil e questionou a situação funcional dos profissionais veterinários lotados no serviço. Também ponderou que a existência ou não de energia elétrica pouco alteraria as condições do galpão, por não haver ventilação adequada, e solicitou informações sobre a destinação dos corpos e a eventual realização de necropsia. O Presidente esclareceu que a Politec pode valer-se de profissionais habilitados ou colaboradores de diversas áreas para a realização de perícias. Carla ainda defendeu maior diálogo entre o Poder Executivo e as entidades da causa animal, afirmando que críticas e sugestões deveriam ser recebidas como contribuição para o aprimoramento do serviço. Na manifestação seguinte, representante da causa animal qualificou os fatos como indícios de maus-tratos institucionalizados e criticou a ausência de plano





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ
SECRETARIA DE COMISSÕES PERMANENTES

de contingência e de procedimento operacional padrão para surtos de doenças infectocontagiosas. Requereu rigor na investigação, responsabilização dos envolvidos e acompanhamento das providências da Delegacia Especializada do Meio Ambiente, da Politec e do Ministério Público. Também questionou a adequação da área de isolamento do canil, defendeu quarentena para animais recém-resgatados e afirmou que a efetiva atuação do Conselho Municipal de Bem-Estar Animal poderia ampliar a fiscalização, a transparência e a participação do terceiro setor. Sandra Barbosa, representante da ONG Quatro Patas, cobrou maior rigor técnico nas fiscalizações realizadas no canil municipal e sugeriu a participação de médico-veterinário nas diligências, de modo a permitir avaliação especializada das condições sanitárias e clínicas dos animais. Afirmou ter anteriormente encaminhado ao gabinete do Presidente fotos, vídeos e informações relacionadas a supostos maus-tratos e a investigação conduzida pela Delegacia Especializada do Meio Ambiente. Questionou quantos animais ainda precisariam morrer para que houvesse providências e responsabilização. A Vereadora Samantha Iris informou que faria levantamento sobre o espaço utilizado, a quantidade de animais, o local em que permaneceram anteriormente, os procedimentos de triagem e os profissionais responsáveis. Declarou que encaminharia solicitação formal de informações à Secretaria Adjunta de Bem-Estar Animal. Propôs, ainda, colher das organizações e dos profissionais presentes informações sobre boas práticas adotadas em abrigos, a fim de compará-las com os procedimentos do serviço municipal e encaminhar sugestões ao Poder Executivo. Comprometeu-se a acompanhar as investigações e esclareceu que a reforma realizada nas instalações do Bem-Estar Animal não teria alcançado todo o prédio, pois parte da área ainda não havia sido liberada pelo setor que a ocupava. Representantes da causa animal ponderaram que já existem manuais técnicos, normas de medicina preventiva e orientações profissionais para manejo, triagem, quarentena e isolamento, defendendo que tais protocolos deveriam ter sido previamente estabelecidos. Também foi solicitada a apuração da existência de alvará sanitário e de autorização do Corpo de Bombeiros para o funcionamento do espaço destinado ao abrigamento e isolamento. Carla Fahima acrescentou que organizações e profissionais da causa animal já teriam oferecido orientações à gestão em outras oportunidades, mas enfrentariam dificuldades para que as sugestões fossem acolhidas. A Vereadora Samantha Iris esclareceu que participava da reunião na condição de parlamentar e integrante da Comissão, e não como representante ou gestora do Poder Executivo. Reiterou





ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ
SECRETARIA DE COMISSÕES PERMANENTES

que pretendia reunir as experiências e boas práticas apresentadas pelas entidades para encaminhá-las ao Executivo e contribuir com a fiscalização e o aperfeiçoamento do serviço. Em sua manifestação final, o Presidente, Vereador Daniel Monteiro, reconheceu que fiscalizações anteriores realizadas por ele e por sua equipe não contaram com acompanhamento técnico veterinário e que o espaço revelado pelas denúncias não era de seu conhecimento. Afirmou que todas as denúncias recebidas em seu gabinete foram ou seriam encaminhadas aos órgãos competentes e recordou compromissos assumidos em audiências públicas anteriores, entre eles o cadastramento de organizações, apoio administrativo às entidades, formalização de parcerias, ampliação das castrações, descentralização de abrigos e credenciamento de clínicas. Observou que parte desses compromissos ainda não havia sido efetivada. O Presidente declarou que a Comissão passaria a adotar postura mais incisiva nas fiscalizações, sem deixar de respeitar os servidores públicos, e estabeleceu como encaminhamentos: I – acompanhar o inquérito policial relativo aos fatos e cobrar a atuação dos órgãos de controle; II – solicitar informações sobre a realização de perícia pela Politec e sobre a destinação dos animais mortos; III – requerer os alvarás, licenças e demais autorizações de funcionamento do local; IV – requisitar os fluxos de trabalho e os procedimentos operacionais adotados desde o resgate, incluindo triagem, quarentena, testagem, isolamento, tratamento e destinação dos animais; V – apurar quais agentes determinaram a utilização do galpão e as responsabilidades administrativas e técnicas; e VI – acompanhar o cumprimento dos compromissos anteriormente assumidos pelo Poder Executivo perante a Comissão e os representantes da causa animal. Destacou que eventuais maus-tratos contra animais constituem crime e afirmou que a Comissão acompanharia as investigações até sua conclusão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Vereador Daniel Monteiro, declarou encerrada a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos dos Animais. Esta é a Ata lavrada pela Equipe Técnica da Secretaria de Comissão Permanente que, após leitura e aprovação, deverá ser assinada pelo Presidente da Comissão, nos termos regimentais.

DANIEL SOUZA SILVA
MONTEIRO:0487795512
7

Assinado de forma digital por
DANIEL SOUZA SILVA
MONTEIRO:04877955127
Dados: 2026.09.09 10:33:27 -04'00'

Vereador Daniel Monteiro

Presidente da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos dos Animais

Biênio 2025/2026



Câmara Municipal de Cuiabá | Praça Pascoal Moreira Cabral
Rua Barão de Melgaço | Centro | Cuiabá-MT | CEP: 78.020-010
comissoes@camaracuiaba.mt.gov.br | ☎ (65) 3617-1500